

CARTA DE BELO HORIZONTE

1ª Assembleia Geral da ABRASF de 2026

Municípios cobram protagonismo na Reforma Tributária e alertam para riscos fiscais

Reunidos em Belo Horizonte nos dias 19 e 20 de março, secretários de Fazenda/Finanças de todas as capitais brasileiras e de médias e grandes cidades defenderam maior protagonismo dos municípios nas decisões fiscais nacionais e alertaram para riscos concretos à sustentabilidade das contas públicas locais.

O posicionamento foi consolidado durante a 1ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF) de 2026, que teve como eixo central os impactos da Reforma Tributária, o equilíbrio federativo e a capacidade de financiamento dos municípios.

Sob a coordenação da presidente da ABRASF e secretária de Fazenda de Florianópolis/SC, Michele Roncalio, os gestores destacaram que o avanço da agenda tributária precisa vir acompanhado de governança equilibrada, previsibilidade de receitas e respeito ao pacto federativo.

A seguir, os principais pontos pactuados:

1. Municípios devem participar das decisões sobre receitas compartilhadas

A ABRASF defende que os municípios sejam formalmente incorporados aos processos decisórios que envolvem tributos compartilhados, como ICMS, IPVA, FPM e IPI.

Mudanças em alíquotas ou bases de cálculo, quando adotadas sem diálogo federativo, comprometem diretamente o planejamento orçamentário local e fragilizam a execução de políticas públicas essenciais.

2. Perdas com IRRF exigem compensação imediata

A atualização da tabela do Imposto de Renda já produz efeitos concretos na arrecadação municipal, com redução das receitas provenientes do IRRF.

Diante desse cenário, a ABRASF cobra a recomposição célere dessas perdas, considerada indispensável para preservar o equilíbrio fiscal das prefeituras.

3. Governança do IBS deve assegurar paridade

A implementação do Comitê Gestor do IBS precisa refletir o equilíbrio federativo previsto na Constituição.

A entidade defende paridade entre estados e municípios e uma representação que contemple, de forma justa, capitais, cidades médias e grandes municípios, evitando concentração decisória e garantindo aderência à diversidade econômica do país.

4. Distribuição do IBS deve considerar a realidade das cidades

Nos estados, a definição dos critérios de repartição da cota-parte do IBS exigirá atenção especial para evitar distorções.

A ABRASF recomenda a adoção de indicadores que levem em conta população, estrutura das redes públicas e pressão por serviços, de modo a evitar prejuízos às cidades que concentram maior demanda por atendimento à população.

5. Restrição ao crédito compromete investimentos estruturantes

A redução recente no prazo de carência das operações de crédito e a queda expressiva no volume de garantias da União, de R\$ 5 bilhões para R\$ 1,5 bilhão, acendem um alerta para os municípios.

A medida compromete projetos estruturantes já planejados e reduz a capacidade de investimento em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social.

6. FPM precisa ser revisto para reduzir distorções

A ABRASF defende a modernização do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cuja metodologia atual tem ampliado desigualdades na distribuição de recursos.

A revisão do modelo é fundamental para conter o avanço do subfinanciamento de algumas cidades e promover maior equilíbrio no sistema federativo.

A Carta de Belo Horizonte reitera o compromisso dos municípios com o diálogo democrático, a responsabilidade fiscal e a construção de soluções que garantam sustentabilidade financeira e eficiência na prestação de serviços à sociedade.